



04 DE ABRIL DE 2018 Quarta-feira

- CURSO NO SINDIMETAL/PR: FERRAMENTAS DA QUALIDADE
- VOLKSWAGEN CONFIRMA INVESTIMENTO DE R\$ 2 BILHÕES NO PARANÁ
- CHEGAMOS À QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: A DA PRODUÇÃO DIGITAL
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA TENTA EMPLACAR TRANSIÇÃO DE 3 ANOS PARA ROTA 2030
- MUDANÇA NO ROTA 2030 PODE FAZER VW REPENSAR INVESTIMENTOS NO BRASIL, DIZ PRESIDENTE
- VOLKSWAGEN APOSTA NO SEGMENTO DE SUVs PARA TENTAR RECUPERAR MERCADO
- MOVIMENTO DE RECUPERAÇÃO DE PERDAS DA INDÚSTRIA PERMANECE GRADUAL, DIZ IBGE
- DESEMPREGO CAI MAIS ENTRE MENOS ESCOLARIZADOS, JOVENS E MULHERES, DIZ IPEA
- COMPRA REGULAR NA INTERNET É FEITA POR QUASE 7 A CADA 10 BRASILEIROS, DIZ PWC
- GOVERNO POUPIARIA R\$ 3 BI COM PREVIDÊNCIA, DIZ CNI
- TEMER ANUNCIA DERRUBADA DO VETO AO REFIS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- CONGRESSO DERRUBA VETO DE TEMER AO REFIS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- MEIRELLES DIZ QUE AINDA VAI CALCULAR IMPACTO DO REFIS DAS MPES
- MAIA DIZ QUE AINDA NÃO HÁ ACORDO PARA VOTAR REONERAÇÃO E MP DOS FUNDOS
- MEIRELLES: MELHORA DA GOVERNANÇA DEVE SER VISTA DENTRO DE CONJUNTO DE REFORMAS
- ESTADO PERDEU A CAPACIDADE DE ADMINISTRAR, DIZEM ESPECIALISTAS

- 'O BRASIL É O MELHOR ATIVO QUE O MUNDO TEM PARA INVESTIR', DIZ TRABUCO
- IPC DE 0,05% NO 1º TRI É O MENOR DESDE IGUAL PERÍODO DE 1998, DIZ FIPE
- INFLAÇÃO DE SERVIÇOS DA FIPE TEM TAXA ZERO EM MARÇO
- FIPE: RELAÇÃO ENTRE PREÇOS DE ETANOL E GASOLINA CAI A 72,21% EM MARÇO
- VENDA DE CAMINHÕES VOLTOU A SER FEITA COM ENTRADA ZERO E 60 MESES DE PRAZO
- PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS NO PAÍS SÃO LIVRES, DIZ DIRETOR-GERAL DA ANP
- VOLKS COMEÇA A PRODUIR UTILITÁRIO E SUSPENDE CORTES
- TOYOTA FAZ RECALL DE 66 MIL UNIDADES DO COROLLA POR PROBLEMA NO CÂMBIO
- FECHADA HÁ TRÊS ANOS, FÁBRICA NACIONAL DA HONDA COMEÇA A PRODUIR EM 2019
- GM DEIXARÁ DE DIVULGAR DADOS MENSIS DE VENDA DE VEÍCULOS NOS EUA, BRASIL E CHINA
- HONDA VAI TRANSFERIR PRODUÇÃO DE CARROS DE SUMARÉ PARA ITIRAPINA
- RETOMADA DOS CAMINHÕES É MAIOR DO QUE A ESPERADA
- FENABRAVE REVISA PARA CIMA PROJEÇÕES DE 2018 APÓS 1º TRIMESTRE POSITIVO

CÂMBIO		
EM 04/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,349	3,350
Euro	4,116	4,118

Fonte: BACEN

Curso no SINDIMETAL/PR: Ferramentas da Qualidade

04/04/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR



**Curso:
Ferramentas da
Qualidade**

Dias 26 e 27 de Abril de 2018

Das 08h30 às 17h30
Sede do SINDIMETAL/PR
Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba - Curitiba

Conteúdo Programático:

Gestão da qualidade total e o processo de mudança; visão e missão; trabalho em equipes; histórico da qualidade; ciclo PDCA; Fluxograma; Brainstorming; técnica GUT; folha de verificação; diagrama de pareto; diagrama de Ishikawa; histograma; 5W2H; sete passos do planejamento; Método de Análise e Solução de Problemas (MASP).

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: R\$ 200,00
- ✓ Empresas Filiadas e Outros: R\$ 260,00

**Inscrições até o dia:
23/04/2018**

**Faça a sua inscrição:
AQUI**

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Volkswagen confirma investimento de R\$ 2 bilhões no Paraná

04/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Pablo Di Si ao lado do governador do Paraná, Beto Richa, em evento para anunciar oficialmente o investimento de R\$ 2 bilhões na planta de São José dos Pinhais, que recebe incentivos fiscais do Estado

Fábrica de São José dos Pinhais abrirá nova linha MQB para produzir o SUV T-Cross

A Volkswagen confirmou investimento de R\$ 2 bilhões na fábrica de São José dos Pinhais (PR). Do aporte, R\$ 1,4 bilhão serão direcionados para ampliar e modernizar a planta, que ganha novas linhas de produção para montar carros sobre a plataforma modular do Grupo VW, a MQB.

Outros R\$ 600 milhões estão sendo usados no desenvolvimento e validação do T-Cross, primeiro SUV fabricado pela VW no Brasil, que começa a ser produzido na unidade paranaense até o fim deste ano, para ser lançado no mercado nacional nos primeiros meses de 2019.

O investimento no Paraná já estava programado, faz parte do programa de R\$ 7

bilhões que estão sendo aplicados até 2020 em plantas e produtos da Volkswagen no Brasil – que inclui também R\$ 2,6 bilhões gastos na fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP), para a produzir Polo e Virtus sobre a plataforma MQB.

A empresa só revelou o valor exato a ser investido em São José dos Pinhais em evento promovido na fábrica na terça-feira, 3, com a presença de executivos e representantes do governo estadual, que garantiu a continuidade da concessão de incentivos fiscais (diferimento de ICMS) para a planta.

O executivo esclarece que a arquitetura MQB do T-Cross tem diferenças em relação à usada atualmente no Golf, também produzido em São José dos Pinhais em área separada, ao lado dos Audi A3 Sedan e Q3. Por isso, segundo Di Si, o novo SUV compacto será fabricado em outra linha, paralela à do Fox – outro modelo da VW Brasil nascido no Paraná. “São carros diferentes, Fox e T-Cross vão de rodar em linhas separadas”, explica.

ACELERAÇÃO DA PRODUÇÃO

Fazendo apenas dois produtos (Golf e Fox) que perderam muito mercado nos últimos anos, a fábrica paranaense vinha operando em um turno incompleto, com paralisações em alguns dias. Dos 2.600 empregados, no início deste ano mais de 500 estavam afastados em layoff (suspensão temporária do contrato de trabalho). Esse quadro irá mudar com o início da produção do T-Cross até o fim do ano, que deverá garantir no mínimo um turno completo e trazer de volta todos os funcionários.

Há duas semanas a produção está totalmente paralisada para o início da reconversão industrial da planta, que deverá avançar por mais três a quatro semanas. Com isso, alguns funcionários já começaram a ser reintegrados.

Neste início de abril restavam 321 em layoff, que de acordo com Di Si deverão voltar à produção até o fim do ano. Novas contratações também estão previstas: “Deveremos precisar ao todo de mais 600 a 700 pessoas a partir do ano que vem”, disse executivo, incluindo neste número os empregados ainda afastados que irão retornar gradualmente ao trabalho.



Pablo Di Si discursa para empregados e autoridades na fábrica de São José dos Pinhais no evento para anunciar novo investimento na planta: mais empregos

“Recebemos com alívio o novo investimento. A Volkswagen não vinha demonstrando atitude para trazer mais emprego e sustentabilidade para esta fábrica”, disse Sergio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região, que também discursou no evento.

“Agora estamos entrando em uma nova era, com um carro de volume que pode fazer a planta voltar ao que já foi nos anos 2000, quando chegou a ter 6 mil empregados e produzir 250 mil veículos em um ano”, completou.

RECONVERSÃO INDUSTRIAL

Di Si destacou que Fox e Golf seguirão sendo produzidos normalmente: "Vamos fazer o que o consumidor demandar", disse. Também revelou que tem em vista planos a produção de um segundo modelo sobre a mesma plataforma do T-Cross.

O investimento em São José dos Pinhais inclui ampliações e mudanças em diversas áreas da produção. A estamparia está recebendo 158 novas ferramentas para moldar as chapas do novo SUV.

O prédio da armação de carroceria (soldagem) está sendo expandido em 5,5 mil metros quadrados, com a instalação de 239 novos robôs mais eficientes e equipamentos de solda a laser. A pintura também recebe readequações e na montagem final outra linha será instalada para produzir o carro sobre a plataforma MQB.

"A indústria 4.0 já é uma realidade em muitas das áreas da Volkswagen no Brasil, com processos conectados e inteligentes, máquinas e equipamentos que se comunicam entre si e com os carros que estão produzindo", acrescenta Di Si, para explicar a adoção de novos padrões industriais nas quatro fábricas brasileiras do grupo.

MAIS MERCADO

Di Si comemorou os resultados da estratégia da Volkswagen no País, que até o momento se traduziu em aceleração das vendas em 31,7% no primeiro trimestre do ano, em comparação ao mesmo período de 2017. O desempenho é mais que o dobro melhor do que média de crescimento do mercado no período, de 14,7%, o que fez a participação da VW saltar quase dois pontos percentuais, para 14,8%, cada vez mais perto da líder GM, que acumula 15,6% no ano.

Para o executivo, se o ritmo continuar como está, será necessário rever para cima a projeção de crescimento de 40% para o mercado brasileiro nos próximos quatro anos. Di Si confia que os 20 lançamentos programados até 2020 (13 produzidos no Brasil, dois na Argentina e cinco importados de outros países) trarão fôlego para fazer a Volkswagen continuar a crescer acima da média nos próximos anos.

Apenas três modelos dessa nova safra, Polo, Virtus e Amarok V6, já foram lançados e mais um, o Tiguan importado do México, chega este mês. Ele é o primeiro dos cinco SUVs prometidos até 2020. Depois do Tiguan, além do compacto T-Cross produzido no Paraná, também fazem parte da lista o Tarek, de tamanho médio, a ser feito na Argentina em 2020; o Atlas, maior deles, que virá dos Estados Unidos; e por fim um subcompacto (CUV).

"Vamos sair de zero para cinco SUVs até 2020, o que nos coloca em posição privilegiada no segmento que mais cresce e deve muito em breve representar algo como 25% das vendas no País", avalia Di Si.

Chegamos à quarta revolução industrial: a da produção digital

04/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Impressoras 3D, carros automatizados e robôs atendentes: as novidades que estão mudando o meio produtivo

Um único equipamento que chegou com a responsabilidade de revolucionar todo o meio produtivo: a impressora 3D, que torna possível qualquer pessoa ter uma fábrica dentro de casa. O equipamento permite transformar uma ideia em produto real em poucas horas apenas com a ajuda de um software livre. A revolução que acontece

neste momento por causa da tecnologia também muda a relação das pessoas com a propriedade de bens como carros que, ao invés de ficar ociosos em garagens a maior parte do dia, podem ter sua utilidade aumentada graças a automatização.

Esse mundo novo já existe e a websérie "Futurize-se: uma imersão no Vale do Silício" leva o espectador para onde tudo acontece: a região da Baía de São Francisco, na Califórnia, EUA. Mais um exemplo deste mundo novo: a cafeteria em que todo o serviço é realizado por robôs.

Ministério da Indústria tenta emplacar transição de 3 anos para Rota 2030

04/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Proposta enfrenta resistência da Fazenda à concessão de benefícios ao setor automotivo



Pátio da montadora Hyundai na rodovia Anhanguera, em São Paulo - Jorge Araujo - 30.mai.17/Folhapress

O Ministério da Indústria busca um novo formato para o programa de incentivos ao setor automotivo, o Rota 2030.

Diante da resistência do Ministério da Fazenda em conceder benefícios ao setor, tenta emplacar uma transição de três anos para a adaptação das montadoras a um ambiente sem incentivos tributários no investimento em inovação.

A ideia, segundo Igor Calvet, secretário de desenvolvimento industrial, foi fechada em viagem de Michel Temer a Pernambuco no último dia 23, quando o presidente e os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Marcos Jorge Lima (Indústria) visitaram a fábrica da Fiat.

Em Brasília, porém, técnicos afirmam que a transição não é alvo de concordância.

Durante a transição, as empresas que investirem em inovação receberiam créditos, que poderiam ser abatidos do pagamento de impostos. A Receita Federal quer restringir o uso desses créditos ao abatimento de IR (Imposto de Renda) e CSLL.

Na versão do Mdic, o uso desses créditos seria mais amplo por três anos, o que permitiria que as empresas abatessem outros tipos de impostos.

Uma fonte técnica afirma que, na prática, isso faria com que as montadoras seguissem operando no mesmo regime do Inovar Auto, programa que expirou no fim do ano após ser condenado na OMC (Organização Mundial do Comércio). Ou seja, quem estiver no Brasil e investir aqui, poderá pagar menos imposto do que um importado. E é justamente essa diferença entre nacional e importado que foi condenada na OMC.

Diante disso, é pouco provável que as equipes técnicas de Fazenda e Casa Civil aceitem a transição.

Nem mesmo a data do anúncio, prevista pelo Mdic para o próximo dia 12, é ponto de convergência.

LEI DO BEM

No Ministério da Fazenda, a proposta é de uma "Lei do Bem turbinada". Isto é, os créditos serão usados apenas para IR e CSLL, porém poderiam ser abatidos num prazo mais estendido. Hoje, as empresas que participam da Lei do Bem têm um ano para usar o benefício.

As montadoras se queixam porque alegam ter prejuízo no Brasil e, assim, não teriam como usufruir do benefício sobre IR.

O Mdic também tenta emplacar descontos adicionais de IPI (imposto sobre produtos industrializados) a partir de 2022 para as montadoras que cumprirem exigências de segurança veicular e emissões. Mas neste ponto também há divergência.

A proposta é que a empresa seja beneficiada pelo desconto, mas a Receita Federal quer restringir o abatimento ao produto que foi inovado. Este ainda é um ponto que ainda não foi solucionado.

Segundo Calvet, programas similares nos EUA e na Europa tratam os benefícios no nível da empresa e restringi-los aos produtos seria uma "jabuticaba".

ELÉTRICOS

Os únicos pontos de convergência firmados até agora são os descontos para os carros híbridos e elétricos, que hoje pagam IPI de 25% e passariam, com a proposta, a pagar 7%. Essa decisão depende da edição de um decreto, mas o Mdic quer esperar o desenho do novo Rota 2030 para lançá-lo.

Também já foi acordado que as empresas que acumularam créditos no ano passado possam usá-los neste ano. A Procuradoria da Fazenda Nacional defende que é necessário um ato legal para permitir o abatimento, uma vez que o Inovar Auto acabou em dezembro e o novo programa ainda não existe.

Segundo Calvet, são R\$ 400 milhões que estão "pesando" nos balanços das empresas, o que deverá ser solucionado.

Mudança no Rota 2030 pode fazer VW repensar investimentos no Brasil, diz presidente

04/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Executivo manterá atual investimento de R\$ 7 bilhões e ainda espera que acordo saia neste mês



Presidente-executivo da Volkswagen na América Latina e no Brasil, Pablo Di Si - Adriano Vizoni-14.dez.2017 /Folhapress

O atraso nas negociações do Rota 2030 é negativo e poderá levar a empresa a repensar seus investimentos no futuro, afirmou Pablo Di Si, presidente da Volkswagen no Brasil e na América Latina.

"Tivemos uma reunião em Brasília em fevereiro e achava que seria aprovado no primeiro trimestre. Quando mudam as regras do jogo não é positivo", disse, nesta terça-feira (3), em evento em São Paulo.

O Ministério da Indústria busca um novo formato para o programa de incentivos ao setor automotivo, o Rota 2030.

Diante da resistência do Ministério da Fazenda em conceder benefícios ao setor, a tentativa agora é emplacar uma transição de três anos para a adaptação das montadoras a um ambiente sem incentivos tributários no investimento em inovação.

"Não vou parar de investir os R\$ 7 bilhões [plano de aportes já anunciado pela montadora no Brasil], mas, nos próximos investimentos, vamos repensar", completou.

Di Si afirmou que ainda espera que um acordo saia em abril. "Sou otimista."

Questionado sobre a proposta de transição de três anos dos benefícios, ele diz que uma política industrial teria que durar, no mínimo, dez anos, que é o prazo de planejamento de investimentos das empresas.

O executivo ainda questionou a ideia de ampliar a Lei do Bem.

"Não sei os detalhes da negociação, mas a Lei do Bem se aplicaria a todo o país, o número [de empresas que se beneficiariam de isenções] seria muito maior."

Volkswagen aposta no segmento de SUVs para tentar recuperar mercado

04/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Montadora vai investir R\$ 2 bi para iniciar a produção do T-Cross, que chega ao mercado em 2019

A Volkswagen anunciou na manhã desta terça-feira (3) o investimento de R\$ 2 bilhões para o início da produção do T-Cross, o primeiro SUV feito pela companhia no Brasil. O modelo será produzido na fábrica de São José dos Pinhais, no Paraná, e chega ao mercado no primeiro semestre de 2019.

De acordo com Pablo Di Si, presidente da Volkswagen América do Sul e Brasil, de cada dez veículos vendidos hoje no Brasil, dois são utilitários esportivos, motivo pelo qual a montadora está investindo no segmento.

A montadora já tem outros dois SUVs, o Tiguan e o Touareg, mas ambos são importados.

O desembolso na fábrica paranaense faz parte do plano da montadora alemã de investir R\$ 7 bilhões no Brasil e lançar 20 modelos até 2020, sendo 5 deles SUVs. Das novidades, 13 serão produzidas no país, 2 na Argentina e 5 serão importadas.

"Vamos ampliar nossa participação em segmentos de volume [automóveis comerciais leves] e colocar em prática a maior ofensiva de produtos da história da Volkswagen no Brasil", disse ele.

Atualmente, a companhia participa de 70% dessas ofertas no mercado brasileiro. O objetivo é passar a concorrer em 92% nos próximos dois anos.

"Ficamos muito tempo na terceira colocação [do setor automotivo brasileiro] por falta de produtos. Com o lançamento temos agora todas as ferramentas para voltar a liderar o mercado até 2020".

Os planos da companhia previam um crescimento de mercado de 40% em quatro anos, a partir de 2017. Mas a recuperação da economia do país e do aumento do consumo fez com que as metas fossem ajustadas para serem alcançadas um ano antes.

Apenas no primeiro trimestre o mercado cresceu 14,7%, enquanto as vendas da Volkswagen tiveram um incremento de 31,7%, "o maior índice entre as maiores montadoras do país", disse Di Si.

MODERNIZAÇÃO

Do aporte total no novo modelo, de R\$ 2 bilhões, R\$ 600 milhões serão para o desenvolvimento, testes e validação da produção na fábrica de São José dos Pinhais, onde também são produzidos os modelos Fox, Golf e os Audi A3 Sedã e Q3.

O outro R\$ 1,4 bilhão serão destinados à ampliação e modernização da fábrica onde o modelo será produzido com novas máquinas, centenas de robôs e a volta gradual dos empregados com contratos de trabalho suspensos (lay-off).

Em janeiro de 2019, a unidade de São José dos Pinhais volta a ter mais um turno e passa a operar com todos 2.600 funcionários. Dos funcionários suspensos, 450 voltaram a trabalhar em março e os outros 321 devem retornar até janeiro. Novas contratações não estão previstas.

A fábrica no entanto, lembrou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região, chegou a empregar mais de 5.000 no início dos anos 2.000.

Atualmente, a unidade está em parada técnica recebendo os ajustes para a chegada do T-Cross, que será feito na chamada matriz modular transversal, mesma plataforma de padronização de modelos globais, como o Passat e o Golf. A volta da operação acontece até o final de abril.

ROTA 2030

Ainda nesta terça-feira, em evento em São Paulo, Di Si disse que atraso nas negociações do Rota 2030 é negativo e poderá levar a empresa a repensar seus investimentos no futuro. "Tivemos uma reunião em Brasília em fevereiro e achava que seria aprovado no primeiro trimestre. Quando mudam as regras do jogo não é positivo", disse

Movimento de recuperação de perdas da indústria permanece gradual, diz IBGE

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O movimento de recuperação das perdas recentes da indústria brasileira ainda ocorre de forma gradual, avaliou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A indústria operava em fevereiro 15,1% abaixo do pico de produção registrado em maio de 2011, segundo os resultados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física divulgados pelo IBGE. O ritmo de produção estava em patamar semelhante a abril de 2009, época da crise financeira internacional.

"Depois dos quatro últimos meses de 2017 com comportamento positivo, que dá um crescimento acumulado de 4,1%, a indústria inicia o ano de 2018 com comportamento de menor intensidade. Mas mesmo com esse início de 2018 para o total da indústria num ritmo menor, o patamar da produção de fevereiro é o segundo maior desde agosto de 2015. O maior patamar recente é o de dezembro", apontou Macedo. "Claro que o ritmo de produção do início de 2018 mostra perdas, mas ainda está em patamar melhor do que já esteve no final de 2016 e início de 2017", completou.

Segundo o pesquisador do IBGE, não houve alteração recente nos fatores conjunturais que impactam a indústria nacional. As oscilações na série com ajuste sazonal, portanto, seriam fruto de uma recuperação ainda muito lenta e gradual, explicou.

“Não pode ficar olhando isoladamente a queda de janeiro sem olhar que nos últimos meses de 2017 a indústria teve uma recuperação maior. Isso serve para o total da indústria, mas também para as categorias de uso”, frisou Macedo.

O pesquisador reforça que a produção devolve um pouco do patamar que foi conquistado ao fim do ano passado, mas a indústria ainda está em situação melhor do que em meses anteriores, quando a distância do ritmo de produção ao pico superou os 20%.

Em fevereiro, a produção de bens duráveis se destacou na pesquisa, apresentando crescimento em todas as comparações, puxada pela queda nos juros e pela melhora na massa salarial, justificou Macedo. Já o avanço na confiança de empresários manteve a categoria de bens de capital em território positivo, embora a produção ainda esteja 36,9% inferior ao ponto máximo registrado em setembro de 2013.

Desemprego cai mais entre menos escolarizados, jovens e mulheres, diz Ipea

04/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Estudo afirma que recuperação do mercado de trabalho nos últimos meses surpreendente



Pessoas procuram emprego no centro de São Paulo - Danilo Verpa/Folhapress

A queda da taxa de desocupação vem ocorrendo de forma consistente e atinge todos os segmentos da população, mas tem sido mais intensa entre trabalhadores com ensino fundamental e médio, jovens e mulheres, aponta Carta de Conjuntura do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre o mercado de trabalho brasileiro divulgada nesta terça-feira (3).

Segundo o estudo, a taxa de desocupação entre os trabalhadores com ensino médio incompleto caiu 3,8 pontos percentuais na comparação entre o primeiro e o último trimestre de 2017 — de 24,2% para 20,4%. Para quem tinha ensino superior, por exemplo, o recuou foi menor, de 9,2% para 7,8%.

Na mesma base de comparação, a queda entre os jovens de 18 a 24 anos foi de 3,5 pontos percentuais, de 28,8% para 25,3%, e entre as mulheres, de 2,6 pontos percentuais, a 13,2% — a taxa dos homens passou de 12,2% para 10,5%.

O desemprego no país voltou a crescer e registrou 12,6% no trimestre entre dezembro e fevereiro, segundo dados do IBGE divulgados na semana passada.

“A alta da taxa de desocupação nos trimestres móveis encerrados em janeiro e fevereiro é decorrente da sazonalidade característica do início do ano. Na comparação com 2017, os dados mais recentes mostram uma recuperação do mercado de trabalho, conjugando expansão de ocupação e de rendimentos”, afirma Maria Andréia Lameiras, pesquisadora do Ipea e uma das autoras do estudo.

O documento diz que a recuperação do mercado de trabalho ao longo dos últimos meses, apesar de esperada, vem surpreendendo positivamente, com o registro também avanço nos rendimentos.

"Em que pese alguma desaceleração no seu ritmo de crescimento, quando comparado a 2017, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou alta de 1,8%, no último trimestre encerrado em fevereiro de 2018", aponta o estudo, destacando altas no setor privado com carteira (2,6%) e por conta própria (1,4%).

Embora parte desse avanço dos salários reais possa refletir o forte recuo da taxa de inflação em 2017, a expansão dos rendimentos ao longo dos últimos meses surpreende porque ainda há um excesso de mão de obra disponível na economia, afirma o documento.

O estudo diz ainda que, embora o aumento da ocupação tenha se verificado, essencialmente, no mercado informal, a ocupação com carteira também mostra resultados favoráveis.

"Segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), nos últimos meses, os saldos dessazonalizados têm sido positivos, algo que não se verificava desde o primeiro trimestre de 2014."

O estudo aponta, porém, o alto grau de rotatividade dos segmentos sem carteira e por conta própria. Esses dois grupos são os que mais absorvem desempregados, proporcionalmente, mas também são os que mais dispensam trabalhadores.

A ocupação com carteira, por outro lado, é o segmento que menos retira trabalhadores do desemprego, mas vem, proporcionalmente, demitindo menos.

"Embora ainda em retração, na comparação interanual, há uma ligeira redução no ritmo dessa queda para a ocupação com carteira", diz o estudo.

TRANSIÇÕES

No primeiro trimestre de 2017, aproximadamente 19% dos jovens desempregados conseguiam transitar para a ocupação. No quarto trimestre, esse percentual avançou para 24%, de acordo com o levantamento.

No sentido contrário, o percentual de jovens ocupados que foram demitidos recuou de 9% para 7%.

Esse movimento de queda na proporção de trabalhadores ocupados que perderam seus empregos ocorre também nos demais segmentos etários, mas com menor intensidade.

No corte por educação, os dados mostram que apenas o grupo com ensino superior não apresentou aumento na proporção de trabalhadores que migraram do desemprego para a ocupação no último trimestre.

Na transição da ocupação para o desemprego houve recuo em todos os níveis de instrução.

PERSPECTIVAS

Para os próximos meses, a expectativa do Ipea é de que o cenário de maior dinamismo do mercado de trabalho se intensifique.

"Já o comportamento da taxa de desocupação dependerá, em grande parte, da trajetória da taxa de atividade ao longo do ano", dizem os pesquisadores.

A construção desse ambiente de melhora de ocupação e renda projetado pelo Ipea baseia-se na perspectiva de que o avanço do nível de atividade esperado para 2018 ocorrerá, principalmente, pela retomada do consumo das famílias.

Se houver um aumento dos investimentos, no entanto, pode haver uma expansão ainda mais forte da ocupação, diz o estudo.

Compra regular na internet é feita por quase 7 a cada 10 brasileiros, diz PwC

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A frequência com que os consumidores brasileiros compram na internet tem aumentado.

Em 2018, a parcela de consumidores que diz comprar online regularmente, pelo menos uma vez por mês, chegou a 65%, de acordo com dados de pesquisa da PwC. Esse percentual era de 58% quatro anos antes.

“É uma tendência consistente no mundo inteiro, a frequência de compras no online cresce ano a ano”, avaliou Ricardo Neves, sócio da PwC e especialista em Varejo e Consumo.

Apesar do crescimento da venda online, a frequência dos consumidores nas visitas a lojas físicas subiu no último ano. Ela chegou a 61% de pessoas que dizem ter ido a uma loja ao menos uma vez por mês. Em 2017, o percentual era de 55%.

No longo prazo, no entanto, a loja física perdeu espaço. Em 2013, chegava a 70% o percentual de pessoas que visitavam lojas regularmente.

Para Neves, as lojas físicas viram a frequência de clientes cair, sobretudo nos anos de crise. Ele acredita que hoje esse canal de vendas parece estar se estabilizando, mesmo num cenário em que as compras online crescem.

A propensão para comprar online tem subido em todas as categorias de produtos, de acordo com o estudo da PwC.

Em vestuário, por exemplo, 22% das pessoas dizem que parte significativa das compras são feitas online, um indicador que era de apenas 6% em 2014. Para eletrônicos, 27% já têm propensão a comprar ante 12% quatro anos atrás.

Gastos

Os brasileiros devem elevar seus gastos em 2018 na comparação com o ano passado, segundo levantamento da PwC. Estudo sobre tendências de consumo aponta que 48% dos entrevistados devem elevar um pouco ou muito os gastos na comparação com 2017.

A propensão dos brasileiros a gastar é maior do que a verificada em pesquisas da PwC em outros países.

Enquanto no Brasil, os que querem gastar muito mais que no ano passado chegam a 15%, no mundo o percentual é de 12%. Já os que vão aumentar um pouco as despesas são 33% no Brasil e 25% na média global.

“Os brasileiros estão recém saídos de um período de recessão, mas já demonstram expectativas mais positivas do que os consumidores de países que passaram por crises econômicas há mais tempo”, avaliou Alexandre Horta, diretor da área de varejo e consumo da PwC.

Segundo a pesquisa, 49% dos brasileiros acreditam que 2018 será um ano melhor que o anterior. No mundo, esse percentual é de 32%.

04/04/2018 – Fonte: R7

Valores da economia, atualizados a cada segundo no Previdenciômetro, foram calculados a partir de projeções do Ministério da Fazenda



O governo já teria economizado R\$ 3,3 bilhões se a reforma da Previdência estivesse em vigor desde junho do ano passado, segundo cálculo da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que lança nesta quarta-feira (4) o Previdenciômetro.

É uma espécie de termômetro que mostra o tamanho do custo do atraso na aprovação da reforma. Com esses recursos, seria possível construir quase 800 escolas e 133 hospitais.

A ferramenta vai servir para pressionar os candidatos à Presidência a discutir na campanha a necessidade de endurecer as regras para se aposentar no Brasil e garantir a sustentabilidade das contas públicas.

A CNI fará, no dia 4 de julho, debate com os principais presidentiáveis e quer que a reforma previdenciária esteja em foco.

Os valores da economia, atualizados a cada segundo, foram calculados a partir de projeções do Ministério da Fazenda e representam a diferença entre os gastos projetados com a manutenção das regras previdenciárias atuais e as despesas projetadas com a mudança dos critérios para a aposentadoria.

A proposta aprovada na comissão especial da Câmara prevê a fixação de idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres e a equiparação das regras de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

O presidente da CNI, Robson Andrade, diz que "não há escapatória".

— Ou este governo faz a reforma da Previdência ou o próximo terá de fazê-la para o País não quebrar. Não há e não haverá escapatória: como já fizeram outros países, o Brasil precisa enfrentar o problema. Quanto mais cedo fizermos a reforma, melhor para o crescimento da economia.

De acordo com o Previdenciômetro, a economia que o País deixou de fazer é significativa e aumenta na medida em que o tempo avança. Ainda há expectativas entre alguns integrantes do governo de o texto ser votado no segundo semestre, logo após as eleições, mas essa hipótese é bastante remota.

Para o diretor de Políticas e Estratégias da CNI, José Augusto Fernandes, mesmo que o candidato fuja na campanha do debate da reforma, quem for eleito terá de lidar com as consequências da demora na sua aprovação.

— Sem reforma, o crescimento não explode. Vai sendo implodido.

Segundo ele, enquanto a reforma não for aprovada, o governo vai acabar fazendo ajustes pontuais para tentar sobreviver.

Tramitação

A PEC (proposta de emenda à Constituição) que endurece as regras para se aposentar no Brasil foi protocolada no Congresso na noite do dia 5 de dezembro de 2016. Ao longo do ano passado, o texto tramitou até de forma acelerada no Congresso. Chegou a ser aprovado na comissão especial no fim de abril.

Durante seis meses, logo depois que veio a público a gravação do empresário Joesley Batista, do grupo J&F, com o presidente, a reforma foi deixada de lado. Só foi resgatada depois que o presidente conseguiu barrar na Câmara as duas denúncias apresentadas contra ele.

Para dar uma ideia da dimensão da economia com a reforma, o Previdenciômetro permite converter o valor economizado em número de hospitais, escolas, quilômetros de estradas ou moradias populares, com base em estimativas oficiais de custo dessas obras.

Temer anuncia derrubada do veto ao Refis das micro e pequenas empresas

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Em rápida cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer anunciou a derrubada do veto ao programa de refinanciamento de dívidas (Refis) das micro e pequenas empresas e pediu aos empresários que corressem ao Congresso Nacional para acompanhar a votação que derrubará o veto presidencial.

Temer defendeu que a derrubada do veto torna “um tormento do passado em algo agradável”.

O presidente explicou que, em janeiro, o veto foi decidido porque não havia previsão orçamentária para um novo programa de refinanciamento de dívidas. Sem dar detalhes, explicou que o governo encontrou uma solução que prestigia as micro e pequenas empresas.

Temer lembrou que a mesma Constituição que pune o presidente da República em caso de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também exige que o presidente da República trabalhe a favor das micro e pequenas empresas. E é a esse segundo ponto, disse o presidente, que a derrubada do veto visa.

“Micro e pequenas empresas que têm o prestígio constitucional geram empregos”, defendeu.

Congresso derruba veto de Temer ao Refis das micro e pequenas empresas

04/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Projeto cria programa de parcelamento de dívidas para participantes do Simples Nacional

Com o aval do Palácio do Planalto, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Michel Temer ao programa de refinanciamento de dívidas – espécie de Refis – para micro e pequenas empresas. A decisão foi tomada por 346 votos a 1 na Câmara e 56 votos a 0 no Senado. O texto segue para a promulgação.

O projeto, aprovado pelo Congresso em dezembro e integralmente vetado por Temer, cria um programa de regularização tributária destinado a empresas participantes do

Simples Nacional. A estimativa de impacto da medida na arrecadação é de aproximadamente R\$ 7 bilhões em 15 anos.

O texto prevê a possibilidade de parcelamento de dívidas vencidas até novembro de 2017. Os optantes vão, inicialmente, pagar 5% do débito, sem descontos. Depois, terão três opções de parcelamento.

Na primeira, está previsto desconto de 90% dos juros, 70% das multas e 100% dos encargos legais se a dívida for liquidada integralmente.

A segunda opção terá redução de 80% dos juros, 50% das multas e 100% dos encargos com o pagamento parcelado do débito em até 145 parcelas mensais.

Por fim, o devedor poderá optar por um desconto de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos se fizer o pagamento em 175 parcelas.

As empresas interessadas terão 90 dias após a promulgação da lei para aderir ao programa

O presidente vetou o projeto a pedido da equipe econômica. Ao defender a derrubada do texto, o Ministério do Planejamento argumentou que as empresas do Simples Nacional já são beneficiadas por um regime tributário diferenciado, com incentivo do governo, o que vai gerar uma renúncia estimada em R\$ 80,6 bilhões somente em 2018.

O Ministério da Fazenda afirmou que as regras do Simples preveem a exclusão das empresas inadimplentes, o que torna inviável a implementação de um programa de regularização de dívidas.

O presidente do Congresso, Eunício Oliveira (MDB-CE), trabalhou pela derrubada do veto presidencial. Para ele, o pequeno empresário tem o direito de receber o mesmo tratamento dado a grandes empresas em outros programas de refinanciamento.

“Quando chegou a vez dos miúdos, dos pequenos, a área econômica disse que teria impacto econômico e vetou completamente. É injusto”, disse.

Um dos articuladores da proposta, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, explicou que o governo aceitou a derrubada do veto e encontrou uma solução para que o programa não cause impacto fiscal neste ano e, dessa maneira, não despreste a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo ele, a promulgação do texto deve ser feita em maio, com mais 90 dias para a regulamentação. Afif disse que as primeiras parcelas do programa não vão gerar impacto no orçamento deste ano. Para 2019, afirma, haverá previsão orçamentária.

ACORDO

O presidente Michel Temer anunciou o acordo com o Congresso Nacional para manutenção do Refis das pequenas e micro empresas.

Embora tenha impacto fiscal, a medida foi comemorada por Temer e pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que participou do evento. O anúncio ocorre em um momento em que o governo faz um esforço para elevar a arrecadação e reduzir o deficit nas contas públicas.

Aprovado em dezembro, o Refis foi vetado por recomendação do Ministério do Planejamento, que alegava descumprimento da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal); A pasta alegava ainda que as pequenas e micro empresas participantes do Simples Nacional já eram beneficiadas por um regime tributário diferenciado, com incentivo do

governo, e que o Refis geraria, em 2018, uma renúncia fiscal em torno de R\$ 80,6 bilhões.

Durante o anúncio, Temer disse que o governo passou o dia buscando uma solução para o projeto. "Desde logo cedo começamos a testar armas para ver como derrubar o veto ao Refis", disse. Ele acrescentou que a micro e pequena empresa é geradora de empregos. "E emprego é o que precisamos."

A medida foi elogiada também por Meirelles, que não soube dizer qual o tamanho da renúncia que o governo vai fazer.

Ele disse que estudos dos impactos foram feitos, mas que a equipe econômica ainda está equacionando os números. "Depende muito exatamente da data em que entra em vigor a medida e a partir daí sim nos divulgaremos os efeitos."

Meirelles diz que ainda vai calcular impacto do Refis das MPEs

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que ainda não é possível avaliar o impacto financeiro da derrubada do veto presidencial ao programa de refinanciamento das dívidas tributárias das micro e pequenas empresas.

"Depende exatamente da data em que a medida entra em vigor e, a partir daí, nós divulgaremos os efeitos", disse após cerimônia para anunciar a derrubada ao veto presidencial ao Refis das MPEs.

Diante da insistência de jornalistas sobre o impacto fiscal de mais um programa de parcelamento das dívidas, Meirelles seguiu os passos do presidente Michel Temer e optou pela mesóclise para explicar que ainda não é possível fazer a conta.

"É importante mencionar que dependendo do andamento do processo o efeito só dar-se-ia no próximo ano, mas estamos aguardando ainda os detalhes", disse.

O agora emedebista Henrique Meirelles defendeu em discurso que a medida concilia o interesse do governo em aumentar a arrecadação e, ao mesmo tempo, incentivar a atividade das pequenas empresas.

Além disso, Meirelles também fez um afago ao Congresso Nacional, que, no fim das contas, será o responsável pela derrubada do veto. "É um processo normal dialogar com o Congresso. E, como tenho dito várias vezes, o Congresso é soberano."

Maia diz que ainda não há acordo para votar reoneração e MP dos fundos

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta terça-feira, 3, que ainda não há acordo para votar duas propostas do ajuste fiscal tocado pela área econômica: o projeto da reoneração da folha de pagamento e a medida provisória (MP) que altera a forma de tributação dos fundos exclusivos de investidores de alta renda.

Maia afirmou que a pauta do plenário desta semana deve se concentrar em dois pontos. Um deles é o projeto que cria o cadastro positivo, que o presidente da Câmara disse que tentará votar nesta quarta-feira, 4.

O outro é projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que o parlamentar fluminense quer colocar em votação ainda nesta terça-feira.

Sem acordo, a MP dos fundos deve acabar caducando. Editada em 31 de outubro do ano passado, a proposta perde a validade no próximo dia 8 de abril.

Em março, Maia já tinha anunciado que é contra a medida. Na avaliação dele, o governo dá uma sinalização equivocada de insegurança jurídica ao propor alteração das regras no meio do processo de investimentos.

Governadores

O presidente da Câmara está reunido nesta tarde de terça-feira com governadores.

Segundo Maia, a pauta do encontro será o projeto que permite aos Estados venderem ao mercado financeiro créditos que têm a receber de contribuintes, a chamada securitização de dívidas. A proposta já foi aprovada no Senado e aguarda análise dos deputados.

Meirelles: melhora da governança deve ser vista dentro de conjunto de reformas

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira, 3, que a melhora da governança deve ser vista dentro de um conjunto amplo de reformas na economia.

Ele citou o Teto de Gastos para dizer que o foco do governo não é trabalhar apenas no corte de despesas, mas sim no melhor uso dos recursos públicos.

Meirelles elencou a necessidade de adoção de políticas públicas adequadas, que levem a crescimento e emprego. "A esperança de um povo, de uma nação, se dá em função da qualidade da governança", acrescentou.

Ao apresentar o Relatório de Gestão 2017 do Ministério da Fazenda, Meirelles agradeceu a parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU).

"Nós vemos o TCU como um aliado, um parceiro, nos ajudando a assegurar a transparência das contas públicas e sua correção", afirmou o ministro. "Todos nós temos como finalidade efetuar a boa gestão das contas públicas", completou.

Ele também citou a parceria com o órgão de controle no debate sobre a privatização da Eletrobras, que Meirelles chamou de "democratização do capital".

Grande esforço

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que o Relatório de Gestão 2017 da pasta é resultado de um grande esforço de governança para buscar mais eficiência nas políticas e dar mais transparência na prestação de contas do ministério.

"Deixamos de ter caixinhas isoladas para termos uma visão de conjunto do ministério e de direcionamento estratégico. Houve uma profunda e importante mudança de governança na Fazenda", afirmou Guardia.

Segundo ele, a Fazenda passará a adotar um sistema de metas para inclusive definir o orçamento de cada secretaria da pasta. "Ou seja, as áreas que tiverem melhor desempenho terão prioridade na divisão de recursos", completou.

Guardia também destacou o novo modelo de gestão de riscos do ministério. "Temos um painel de riscos e ações para mitigar os riscos de maior relevância", detalhou.

Estado perdeu a capacidade de administrar, dizem especialistas

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Estado brasileiro tornou-se refém de uma estrutura ineficiente, que cristaliza privilégios e o distancia das demandas da população por serviços públicos de qualidade. Essa atual estrutura tira do governo a capacidade de administrar o País.

A avaliação é de especialistas que se reuniram para debater o futuro do Brasil no evento Fórum Estadão: A Reconstrução do Brasil – Caminhos para o Crescimento, que aconteceu nessa terça-feira, 3, na capital paulista.

O primeiro painel colocou em discussão alternativas para melhorar a gestão pública e a eficiência dos serviços que são prestados. Entre os problemas que dificultam a o aumento da eficiência está, segundo os analistas, a rede de privilégios que distancia o funcionalismo público da realidade da maior parte da população.

A economista Ana Carla Abrão Costa, sócia da Consultoria Oliver Wyman, afirmou que é difícil mudar os privilégios dos servidores públicos, porque “estamos tomados por corporações”. “O Legislativo é sensível ao barulho de sindicatos de servidores, quando não é o quebra-quebra.”

Segundo ela, esses privilégios, como a impossibilidade de demissão, dificulta a gestão de pessoas e prejudica os serviços públicos. “Além disso, há progressões automáticas, faltas abonadas sem justificativa.”

Para Fábio Barbosa, presidente do Conselho do Centro de Liderança Pública e ex-presidente do Santander, outra medida importante seria o esforço para a redução de cargos de confiança, e a ampliação do número de cargos técnicos, com servidores de carreira treinado para atuar no setor público.

“Essa distância entre os serviços públicos que temos e os que desejamos também ocorre por estarmos desconectados dos nossos representantes. Discutir pautas como o voto distrital e o distrital misto serve para aproximar o cidadão do representante.

A verdade é que não educamos o povo como sociedade, temos uma dificuldade enorme pra fazer essa comunicação do papel do cidadão.” Ele lembra que o Estado deve existir para dar condições que o cidadão tenha uma vida digna.

Já Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, afirmou que o poder executivo parece ter perdido a capacidade de administrar o País e de executar o Orçamento público, que está engessado e tem mais da metade de suas despesas atrelado a salários e aposentadorias.

Delfim ressaltou que o Brasil chegou a um “desarranjo fiscal” em que existe um Estado “antropofágico”, que funciona para si mesmo e restringe sua capacidade de atender a população.

“O Estado tem que ser o instrumento da sociedade e não ser um fim em si mesmo”, afirmou o ex-ministro, arrancando aplausos da plateia. “Temos que reconstruir os fundamentos de uma sociedade onde a liberdade e a igualdade e a eficiência sejam o caminho para gerar o bem-estar da sociedade.”

Falta de planejamento

Para Ana Carla Abrão, o Estado perdeu “completamente” a noção de Planejamento, que é essencial para que projetos tenham continuidade em diferentes governos. Segundo ela, instrumentos de planejamento, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), viraram “letra morta”.

"Li no jornal que o novo presidente do BNDES, o atual ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, vai fazer uma completa transformação no banco. Mas e quanto aos projetos que estavam lá?", questiona.

Ela também defendeu que é necessário resgatar os objetivos de longo prazo para que o Estado não fique "à mercê da máquina pública" e os cargos públicos não funcionem como um "trampolim político".

Ana Carla, como exemplo, elogiou a gestão iniciada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB) no governo do Ceará, que teve compromisso fiscal e montou uma máquina consistente, que permitiu a continuidade dos projetos após o fim de seu governo, nas gestões posteriores. Essas medidas responsáveis se refletem até hoje em contas públicas em bom estado.

Fábio Barbosa ressaltou a importância da reforma política para continuidade dos planos de Estado em diferentes governos. Ele defendeu o modelo distrital para aproximar eleitores de políticos. "Estamos desconectados dos nossos representantes. Tem de ter de fato alguém que nos represente, para que haja conexão e possamos pressioná-los."

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a economista defendeu uma reforma para que seja cumprida na prática e não só na teoria como funciona hoje com os Estados quebrados, sem dinheiro para serviços essenciais e para investir.

"Atualmente, 26 Estados devem descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. E o que compromete o orçamento é gastos de pessoal. Não podemos dizer que os estados estão cumprindo a lei de Responsabilidade Fiscal se eles dizem que falta material de segurança, educação."

Ela explica que foram criados "penduricalhos" que não são classificados como gasto do funcionalismo para aumentar esse limite.

Já no âmbito federal, a economista afirmou que o pilar do limite de endividamento da LRF foi afrouxado no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Delfim destacou que é preciso usar as eleições para se fazer mudanças necessárias no Brasil. "O problema é muito difícil e só a eleição pode começar a resolver", ressaltou ele, destacando que é preciso não permitir que quem está no poder volte ao cargo. "Não adianta mandar para o Congresso quem não pensa."

'O Brasil é o melhor ativo que o mundo tem para investir', diz Trabuco

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do conselho do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, afirmou nesta terça-feira, 3, que o Brasil está passando por um processo de retomada da economia, que é preciso ser transformada em uma recuperação estrutural. Para isso, é essencial uma reforma do Estado, disse ele durante o Fórum Estadão: A Reconstrução do Brasil – Caminhos para o Crescimento, realizado nesta terça-feira em São Paulo.

"Estamos em ciclo de afrouxamento monetário sem similar na história do mundo", disse Trabuco. Desde 2016, a taxa básica de juros caiu de 14,25% para 6,5% e a expectativa é de nova queda na reunião de maio do Banco Central.

Trabuco ressaltou que o Brasil é competitivo em produção, mas não na logística de escoamento dela, sobretudo em estradas e portos. "O Brasil é produtivo mas não tem alto nível de competitividade. A safra agrícola, por exemplo, é recorde, mas um quarto fica perdido no caminho", disse ele. "É dramática a situação da mobilidade urbana", afirmou, ressaltando a necessidade de investimento em infraestrutura.

“O Estado está exaurido no Brasil”, afirmou Trabuco, ressaltando que o governo não poupa, daí a necessidade da reforma da Previdência, além de avançar com o programa de privatizações e concessões.

O executivo do Bradesco destacou ainda que se discute a reforma da Previdência apenas do ponto de vista fiscal, quando o assunto envolve questões mais amplas e que precisam ser debatidas, como as mudanças demográficas e a ótica atuarial.

Trabuco ressaltou que parte importante dos recursos para financiar a infraestrutura no Chile vem de fundos de pensão, enquanto no Brasil a construção civil depende de recursos da poupança. Para as próximas obras de infraestrutura, o executivo ressaltou que será essencial contar com recursos do mercado de capitais. “O Brasil é o melhor ativo que o mundo tem para investir.”

Ainda no evento, Bruno Pereira, advogado e sócio-diretor da Radar PPP, ressaltou que é necessário que cada vez se busque experiências pilotos em seguimentos do serviços público e se prove ao cidadão que ali é mais eficiente e barato.

“O dever do gestor público é colocar seu esforço em algumas iniciativas foco.” O poder público, disse o executivo, por mais forte que seja não consegue atender a 100% das necessidades do cidadão.

Trabuco participou do painel “Privatizações e o novo papel do Estado”, com Elena Landau, economista, advogada e membro do Conselho do Livres e Bruno Pereira, advogado e sócio-diretor da Radar PPP.

A Reconstrução do Brasil, tema de mais quatro debates com diferentes conteúdos até o fim de agosto, é uma referência ao conjunto de reportagens publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo sobre a agenda de reformas necessárias para o País deixar para trás a maior crise econômica de sua história.

O momento político é ainda especialmente delicado em ano de eleições gerais. O jornal publicou os textos entre setembro de 2016 e janeiro de 2017 e as reportagens deram origem ao livro de mesmo nome.

IPC de 0,05% no 1º tri é o menor desde igual período de 1998, diz Fipe

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A alta de 0,05% na taxa de inflação no primeiro trimestre na capital paulista é a menor em 20 anos, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Em igual período de 1998, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) teve queda de 0,15%.

“O resultado do trimestre veio muito baixo e isso tem efeito nas estimativas para o restante do ano. Por isso, revisamos a estimativa para 2018 de 3,74% para 3,15%”, afirma o coordenador do IPC da Fipe, André Chagas. “Só se acontecer algo que faça com que a inflação fique muito forte e descontrolada que possa compensar esse primeiro trimestre”, completa.

Caso a estimativa de 3,15% seja confirmada, também será a mais baixa desde 1998, quando o IPC fechara com deflação de 1,79%. “A inflação continua bem comportada e há grande chance de o Banco Central descumprir o piso de 3,00% do centro da meta de 4,5%”, diz, ao referir-se à taxa oficial de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A grande incerteza, diz, é em relação à eleição. “Se tivermos candidaturas sejam de esquerda ou de direita que provoquem desconfiança e conseqüentemente pressão cambial, podemos ter uma inflação maior. Porém, não é nosso cenário”, avalia.

Em março, o IPC teve variação zero após ceder 0,42% em fevereiro, acumulando 1,93% em 12 meses. O resultado veio dentro do intervalo das expectativas da pesquisa do **Projeções Broadcast**, que ia de queda de 0,14% a alta de 0,07%, com mediana positiva de 0,04%. A Fipe estimava 0,03% para o dado mensal.

“No geral, os grupos vieram dentro do previsto. Só Alimentação que teve alta menor, de 0,04%, do que a de 0,10% que esperávamos”, diz.

Em fevereiro, o grupo teve queda de 0,95%. Com a reversão de sinal de Alimentação em março, o indicador de difusão do IPC – que mede o quanto a alta de preços está espalhada – aumentou a 48,38% na comparação com 42,55% em fevereiro. Isso porque o grupo de alimentos representa quase 25% do orçamento das famílias na cidade de São Paulo.

Contudo, Chagas pondera que o resultado ainda é muito baixo, o que não elimina o quadro inflacionário desfavorável. “Em dezembro do ano passado, o índice de difusão chegou a quase 59%. Agora, ainda está menor que 50%”, pondera.

“Mesmo se retirarmos da conta os comportamentos dos preços de maior volatilidade, a inflação está bem comportada”, acrescenta referindo-se às medidas de núcleos. O IPC-Ex, que exclui do cálculo geral os preços de alimentos com comportamentos mais voláteis e combustíveis, ficou em -0,08% em março após -0,14% em fevereiro, enquanto o IPC-MS – tradicional núcleo de médias aparadas com suavização – ficou com alta de 0,07% no terceiro mês (de 0,10%).

Segundo Chagas, o nível de avanço dos preços no grupo Alimentação atingiu 46,29% no terceiro mês do ano depois de 34,29% em fevereiro. Já o de Transporte fechou o período em 35,48% após 58,06%.

“Houve uma troca. Com certa normalização dos preços de alimentos, o grupo subiu. Já em Transportes, os preços de combustíveis ficaram comportados”, explica. O grupo Transportes fechou fevereiro com alta de 0,10% depois de 0,45% anteriormente, com destaque para variação zero em gasolina (de alta de 0,01%) e recuo de 0,26% em etanol (alta de 1,45%).

Abril

A expectativa da Fipe é que o IPC sai de variação zero em março para elevação de 0,21%, diante da expectativa de avanço em Alimentação para 0,40% na comparação com alta de 0,04% no terceiro mês do ano. Além disso, acrescenta que o indicador deve ser pressionado por gastos maiores com Saúde, em razão do reajuste médio de 2,43% para medicamentos este mês.

A projeção é que este conjunto de preços fique em 0,99% na comparação com 0,46% em março. “Alimentação deve seguir a sazonalidade e avançar, enquanto Saúde deve refletir os aumentos em remédios.

A grande incógnita é quanto a Transportes por causa de combustíveis, mas estamos esperando alta de 0,16% em abril de 0,10%”, diz. “Apesar da estimativa de aceleração do IPC, a projeção é menor que a alta de 0,61% de abril de 2017.”

Inflação de serviços da Fipe tem taxa zero em março

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Serviços (IGS) ficou com taxa zero no fechamento de março, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Em fevereiro, o IGS havia caído 0,36%. No primeiro trimestre, o indicador encerrou com deflação de 0,24%. O resultado mensal ficou igual ao apurado no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo. No trimestre, contudo, o IPC-Fipe

teve alta de 0,05%. Em 12 meses até março, o IGS acumulou 3,83%, ficando maior que a alta de 1,93% do IPC.

De acordo com o coordenador do IGS e do IPC, André Chagas, os dois índices reforçam o cenário de alívio inflacionário. Especificamente em relação ao IGS, ele destaca que a queda de 1,38% registrada no grupo Despesas Pessoais em março limitou os efeitos de alta dos demais conjuntos de preços. O economista citou as variações positivas em Saúde (0,69%), Alimentação fora de casa (0,19%) e em Transportes (0,10%). "O recuo em Despesas ajudou a compensar essas altas", diz.

Os principais responsáveis pelo declínio em Despesas Pessoais, diz, foram apurados em viagem/excursão, com retração de 6,78%, e em passagem aérea, com recuo de 3,63%. A despeito da sazonalidade contrária a quedas nos preços em razão do feriado de Páscoa, Chagas ressalta que a demanda ainda está contida devido ao desemprego elevado

Fipe: relação entre preços de etanol e gasolina cai a 72,21% em março

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A relação entre os preços do etanol e os da gasolina na capital paulista desacelerou marginalmente entre fevereiro e março, de 72,34% para 72,21%, conforme dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Contudo, essa marca é inferior à de 77,54% e de 73,70% registradas no fim de março de 2016 e de 2017, respectivamente.

"Está baixo para o período. Em 2011, essa marca chegou a 80,80%. Os preços do etanol estão contidos, enquanto os da gasolina está caindo, refletindo a nova política da Petrobras", avalia o coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, André Chagas.

Para especialistas, o uso do etanol deixa de ser vantajoso quando o preço do derivado da cana-de-açúcar representa mais de 70% do valor da gasolina. A vantagem é calculada considerando que o poder calorífico do etanol é de 70% do poder do combustível fóssil. Com a relação entre 70% e 70,5%, é considerada indiferente a utilização de gasolina ou etanol no tanque.

A tendência é que essa equivalência diminua nos próximos meses à medida que a safra de cana-de-açúcar ganhe fôlego e o produtor direcione mais matéria-prima para a produção de etanol, em vez de açúcar. Isso porque, segundo analistas, o preço do açúcar vem caindo no mercado externo e interno.

No IPC, que mede a taxa de inflação na cidade de São Paulo, a variação do açúcar ainda continuou em queda na leitura de março, em 1,59%, após recuar 5,41% em fevereiro.

Já a gasolina teve taxa zero (ante alta de 0,01%), enquanto a do etanol ficou negativa em 0,26% (ante alta de 1,45%). O grupo Transportes, por sua vez, fechou com alta de 0,10% após 0,45% em fevereiro. O IPC-Fipe ficou estável na comparação com recuo de 0,42% no segundo mês do ano.

Venda de caminhões voltou a ser feita com entrada zero e 60 meses de prazo

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A venda de caminhões no Brasil voltou a ser feita com entrada zero e prazo de 60 meses para o financiamento, afirmou nesta terça-feira, 3, o vice-presidente para a área de caminhões da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores

(Fenabreve), Sérgio Zonta, depois de coletiva de imprensa que apresentou os resultados do setor para o mês de março.

Segundo ele, estas têm sido as exigências dos consumidores para fechar o negócio. Os bancos, principalmente os das montadoras, têm topado. "Os bancos tradicionais estão começando agora a seguir esse movimento", disse o executivo. As taxas de juros, ainda de acordo com o executivo, também estão favoráveis, em torno de 1% ao mês.

Tais situações de crédito só foram vistas entre 2010 e 2012, disse o executivo, quando as vendas de caminhões baterem recorde – em 2011 o segmento chegou a 172 mil unidades vendidas. No entanto, ele rejeitou a possibilidade de a taxa de inadimplência voltar a subir, como ocorreu naquele período. "Os bancos estão muito mais seletivos", afirmou Zonta.

Tanto é que, entre 2010 e 2012, o nível de aprovação de financiamentos chegou a ser de oito a cada 10 pedidos, lembrou o executivo. Neste ano, tem sido de quatro a cada 10, contou.

A demanda por caminhões tem crescido principalmente no segmento de extrapesados, bastante utilizado pelos setores do agronegócio e da construção civil. Esta maior procura, somada às condições mais favoráveis de crédito, pode esbarrar em uma dificuldade de oferta, afirmou Zonta, uma vez que várias montadoras de caminhões ainda têm operado com apenas um turno de produção. Ele, contudo, acredita que as montadoras vão dar conta da demanda.

Entre janeiro e março de 2018, as vendas de caminhões no Brasil somaram 14,6 mil unidades, crescimento de 51,6% em relação a igual período do ano passado. Só em março, foram 5,9 mil unidades vendidas, avanço de 44,8% ante igual mês de 2017. A previsão da Fenabreve para o ano todo é de expansão de 17%.

Preços dos combustíveis no País são livres, diz diretor-geral da ANP

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Questionado sobre a posição da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a respeito da atual discussão levantada por membros do governo a respeito dos preços dos combustíveis, o diretor-geral do órgão regulador, Décio Oddone, se limitou nesta terça-feira, 3, a responder que os preços no País são livres. Ele falou no fórum anual de investimentos do Bradesco BBI.

Membros do governo, entre eles o ministro da Fazenda Henrique Meirelles mencionou neste ano que os cortes nos preços promovidos pela Petrobras não chegavam no consumidor final.

Com relação à eleição presidencial deste ano, Oddone relatou que não acredita em ruptura em relação aos processos em petróleo e gás, diante de uma possível mudança de governo.

Aportes

O diretor-geral da ANP disse que espera uma maior conexão entre o mercado financeiro e a indústria do petróleo, com a criação de empresas que dependam de financiamento. Atualmente, apenas grandes companhias conseguem acessar o setor, explicou.

"Faltava quase tudo para essa aproximação com o mercado financeiro. Fazíamos um leilão por ano e havia pouco tempo para os investidores analisarem os termos", avaliou Oddone. "Precisamos que a Petrobras venda os ativos maduros dela e precisamos que mercado financeiro dê suporte às empresas."

“Atrair novas empresas com capacidade de operar campos maduros é um grande desafio para nós”, disse Oddone.

O diretor-geral da ANP comentou ainda a expectativa de criação de um mercado secundário diário. “A indústria do petróleo ficou cada vez mais financeira”, disse, referindo-se a mudanças que aconteceram nos Estados Unidos, com o advento do gás de xisto (shale gas, em inglês) e em outros países. “Mas ainda não vivemos esta simbiose com o mercado financeiro no Brasil”, afirmou, durante fórum anual de investimentos do Bradesco BBI.

Volks começa a produzir utilitário e suspende cortes

04/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (PR) começará a produzir no próximo ano o T-Cross, o primeiro utilitário-esportivo (SUV) da marca no Brasil.

Serão investidos R\$ 2 bilhões no projeto, dos quais R\$ 600 milhões nas áreas de desenvolvimento, testes e validação e R\$ 1,4 bilhão em ampliação e modernização da fábrica. O investimento faz parte do plano de R\$ 7 bilhões anunciados pela empresa para o período de 2016 a 2020.

A produção do novo veículo global, que também será feito na China e na Espanha, não vai gerar novos empregos, mas a empresa deve encerrar programas de corte de produção. Hoje, por exemplo, a fábrica tem 250 funcionários com contratos suspensos (lay-off).

Segundo o presidente da Volkswagen para América do Sul e Brasil, Pablo Di Si, a empresa tem visão otimista para o crescimento do setor automotivo brasileiro, após a retomada de vendas iniciada no ano passado, depois de quatro anos seguidos de queda.

“Primeiro temos de acreditar no Brasil a longo prazo. No ano passado falei que acreditava no crescimento de mercado de 40% em quatro anos, mas estamos revisando essa estimativa porque só no primeiro trimestre as vendas totais do mercado cresceram 15% e nós, o dobro do mercado”, disse.

Di Si também almeja retomar a liderança do mercado brasileiro. “Ficamos na terceira colocação por muitos anos por falta de produto e agora, com essa ofensiva de produtos, temos todas as ferramentas para voltar à liderança no médio prazo e de uma forma rentável até 2020.”

Questionado se houve atrasos nos investimentos previstos pela empresa, Di Si ressaltou que não houve alteração no calendário de produção da empresa. “Vamos começar neste ano a etapa produtiva do T-Cross. Não sofremos nenhuma alteração no calendário, tudo vai começar como o planejado e o lançamento acontecerá no início de 2019.”

Com esse investimento anunciado, a Volkswagen, segundo o executivo, faz sua maior ofensiva no mercado brasileiro. Até 2020, a empresa deve lançar 20 modelos no País, dos quais 13 produzidos no Brasil, dois na Argentina e cinco importados. Desse total, cinco são SUVs, segmento que mais cresce em vendas no mercado local.

Concorrentes

O T-Cross é um utilitário compacto que disputará mercado principalmente com Honda HR-V, Jeep Renegade, Hyundai Creta, Peugeot 2008 e Renault Duster. Os outros SUVs da marca a serem lançados nos próximos anos são o Tharu (que também será feito

no País), o Tarek (com produção na Argentina) e o Atlas, importado dos Estados Unidos. O Tiguan começa a chegar do México no próximo mês.

O governador do Paraná, Beto Richa, disse que "este é o maior investimento do ciclo industrial da história do Paraná, quando totalizamos R\$ 45 bilhões nos últimos anos".(Colaborou Cleide Silva).

Toyota faz recall de 66 mil unidades do Corolla por problema no câmbio

04/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Fabricante garante que não há risco de acidentes



Toyota Corolla - Eduardo Anizelli-27.mar.2017 / Folhapress

A Toyota convocou nesta terça-feira (3) os proprietários de 65.963 unidades do Corolla GLi 1.8 com câmbio CVT para corrigir problema que pode limitar a velocidade do sedã a 60 km/h.

"Não há risco de danos materiais nem pessoais aos ocupantes do veículo ou a terceiros", afirma a Toyota no comunicado do recall.

Os proprietários dos modelos fabricados entre outubro de 2013 e agosto de 2017 devem fazer o agendamento do reparo na rede de concessionárias da Toyota. A lista dos locais está no site da empresa.

Segundo a fabricante, o defeito consiste em uma programação incorreta da unidade de controle eletrônico do câmbio CVT. Caso isso ocorra, uma luz de advertência acende no painel de instrumentos e a velocidade é limitada.

COROLLA GLi 1.8 CVT

Modelo 2013 e 2017

Código: 9BRBL3HE*

Chassis: J0104446 - J0125110

Código: 9BRBLWHE*

Chassis: F0001003 - H0104445

Fechada há três anos, fábrica nacional da Honda começa a produzir em 2019

04/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Honda vai começar a produzir carros em Itirapina (a 215 quilômetros de São Paulo) a partir de janeiro de 2019. O anúncio foi feito nesta terça (3) pelo presidente da empresa na América do Sul, Issao Mizoguchi.

A fábrica, que é resultado de um investimento de R\$ 1 bilhão anunciado em 2013, está pronta desde 2015. Contudo, a montadora adiou os planos de inauguração devido à crise, que reduziu pela metade a venda de carros no Brasil.

A unidade de Itirapina tem capacidade para produzir 120 mil veículos carros por ano em dois turnos. A montadora previa que 3.500 empregos diretos seriam gerados na

nova linha de produção, mas agora haverá transferência da mão de obra e das linhas de montagem que hoje estão em Sumaré (a 121 quilômetros de São Paulo), sem novas contratações.

"O plano original era continuar com a produção em Sumaré e dobrar a capacidade com Itirapina. Mas devido ao cenário econômico, não conseguiremos encher as duas fábricas. O que faremos é transferir a fabricação e também funcionários, o que será feito em etapas", diz o presidente da montadora.

O primeiro modelo produzido na nova unidade será o compacto Fit.

De acordo com Issao Mizoguchi, a Honda estima que os segmentos em que atua no país devem crescer, em média, 5% em 2018. Os preços dos carros da marca partem de R\$ 58,7 mil (Honda Fit DX com câmbio manual).

Hoje, a montadora trabalha em dois turnos e com horas extras. Em 2017, a empresa produziu cerca de 140 mil automóveis em Sumaré. Trabalhando no mesmo esquema, Itirapina poderá fabricar até 150 mil unidades, pelos cálculos da empresa.

Segundo a Honda, a produção que hoje ocorre na fábrica de Sumaré será transferida gradualmente para a nova planta. O processo será concluído em 2021.

NOVA ORDEM

Ainda de acordo com a montadora, Sumaré irá concentrar a produção de motores e partes plásticas, além de continuar sendo a sede administrativa da Honda na América do Sul.

Além do Fit, a montadora japonesa produz no Brasil os automóveis Civic, City, HR-V e WR-V.

Em 2013, ano em que a construção da nova fábrica foi anunciada, foram vendidos 3,8 milhões de veículos no Brasil. Em 2015, ano em que a produção deveria ter começado, foram emplacadas 2,6 milhões de unidades. No ano seguinte, nova queda: 2,05 milhões de licenciamentos.

Houve reação em 2017 (2,2 milhões de unidades vendidas), e os números também são positivos em 2018. As vendas cresceram 9,7% em março na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo a Fenabrave (entidade que representa as distribuidoras de veículos).

GM deixará de divulgar dados mensais de venda de veículos nos EUA, Brasil e China

04/04/2018 – Fonte: R7

A General Motors disse na terça-feira que vai parar de divulgar mensalmente relatórios de vendas de veículos nos Estados Unidos, China e Brasil, alegando que o corte de 30 dias não reflete com precisão o mercado e a empresa, e que em vez disso, vai emitir relatórios trimestrais de venda.

A empresa fornecerá dados mensais para o Federal Reserve, associações industriais e agências governamentais em todo o mundo, mas esses dados não serão divulgados publicamente.

Outras grandes montadoras indicaram na terça-feira que não vão seguir imediatamente a GM e passar a divulgar os dados trimestralmente.

"Neste momento, estamos mantendo nosso relatório de vendas em uma base mensal", disse o porta-voz da Fiat Chrysler Automobiles NV.

Analistas e investidores confiam nos dados de vendas mensais de veículos dos EUA para acompanhar o desempenho de montadoras individuais, e também usam os dados como um barômetro da saúde do segundo maior mercado de automóveis do mundo e um indicador da confiança do consumidor na economia dos EUA em geral.

Jeff Schuster, executivo sênior da LMC Automotive, disse que a decisão da GM de divulgar menos relatórios de vendas "não é um grande problema".

"Como indústria, nós nos acostumamos com os sons mensais e nos concentramos demais no 'barulho'", disse Schuster. "Talvez devêssemos nos concentrar mais no 'porquê'."

Honda vai transferir produção de carros de Sumaré para Itirapina

04/04/2018 – Fonte: Automotive Business



A planta de Itirapina (SP): pronta e fechada desde 2015 após investimento de R\$ 1 bilhão

Ideia é aumentar eficiência com a planta mais moderna, pronta e fechada desde 2015

A **Honda** finalmente achou uma forma de aproveitar a nova **fábrica de Itirapina**, no interior paulista, onde investiu R\$ 1 bilhão. Toda a produção de carros em Sumaré será transferida gradualmente para a nova planta, começando com o Fit no início de 2019 e os demais até 2021.

A unidade de Itirapina está pronta e fechada desde o fim de 2015, quando deveria ter sido inaugurada, mas a montadora decidiu adiar a operação ao prever a queda abrupta do mercado brasileiro nos anos seguintes – o que de fato ocorreu.

Segundo a Honda, a ideia é tirar fábrica da inatividade e assim aproveitar instalações e maquinário mais modernos para produzir com tecnologias e padrões de maior eficiência e competitividade. A empresa confirma que essa operação exigirá alguns "investimentos pontuais", mas não divulga valores.

A solução desafoga a unidade de Sumaré, que completou 20 anos de atividade no ano passado e vinha operando acima do limite de sua capacidade nominal de 120 mil veículos/ano.

Com horas extras, em 2015 chegou a produzir mais de 150 mil unidades de quatro modelos (Civic, HR-V, Fit e City). Sem espaço adicional para ampliação, a apertada linha de produção impedia crescimento maior da montadora no País, que enfrentou limitações para atender os clientes.

Com a transferência da produção de carros para Itirapina, permanece em Sumaré as áreas de motores, incluindo fundição e usinagem de blocos e cabeçotes de alumínio;

injeção de componentes plásticos (painéis); ferramentaria; engenharia de qualidade; planejamento industrial e logística.

A unidade também segue sendo a sede administrativa da Honda South America, além de abrigar o centro regional de pesquisa e desenvolvimento de automóveis da empresa, divisão de peças e o centro de treinamento técnico para concessionárias.

DILEMA

Nos últimos anos a Honda precisou aumentar a produção no Brasil para atender a alta procura por seus carros, mas não conseguia dar conta disso só com a unidade de Sumaré, por isso investiu em uma segunda fábrica no País, mas o mercado recuou e tornou-se insuficiente para preencher a capacidade total da nova planta de 120 mil unidades/ano. Issao Mizoguchi, CEO da Honda South America, dizia que era necessária demanda adicional mínima de 80 mil unidades/ano para iniciar as operações em Itirapina em um turno.

Com isso, por três anos a montadora enfrentou o dilema de ter uma fábrica nova pronta e fechada, que não tinha mercado suficiente para justificar sua abertura, ao mesmo tempo em que precisava se apertar em Sumaré sem conseguir atender todos os pedidos.

Em comunicado divulgado na terça-feira, 3, a Honda afirma que “apesar de o mercado local apresentar recente recuperação, as perspectivas de crescimento permanecem abaixo do volume projetado anteriormente”. Por isso a montadora decidiu adotar a solução intermediária de transferir totalmente a produção de carros para Itirapina, onde pode ser mais produtiva o suficiente para atender a demanda atual.

Assim, ao menos por enquanto, a Honda fortalece sua estrutura sem precisar produzir veículos em duas fábricas, mas mantém Sumaré fazendo motores e componentes. Também vai economizar em contratações, pois boa parte dos empregados das linhas de automóveis de Sumaré será transferida para Itirapina, já que as plantas estão próximas, separadas por cerca de 110 quilômetros de boas estradas.

Retomada dos caminhões é maior do que a esperada

04/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Para Fenabreve, pode faltar produto por causa de capacidade limitada para produzir pesados

Pode faltar caminhão pesado este ano. A conclusão é da Fenabreve, associação dos concessionários de veículos, ao analisar o cenário da indústria e o ritmo das vendas do segmento na terça-feira, 3, durante a apresentação do balanço do mercado de distribuição à imprensa em São Paulo.

Segundo seu presidente, Alarico Assumpção Júnior, a **retomada** do mercado de **caminhões** está maior do que a esperada. No entanto, com a queda acentuada dos últimos três anos, as montadoras reduziram drasticamente sua força de trabalho e agora a capacidade atual de produção dos modelos pesados e extrapesados é limitada, uma vez que a maioria das fábricas ainda trabalha em um único turno.

O executivo afirma que a reprogramação das fábricas está mais lenta também por causa de peças importadas, que demoram para chegar ao País, o que aumenta ainda mais a lentidão na produção. Para Assumpção, o aumento das exportações para outros mercados aquecidos também é um limitador.

“O que fará com que outros segmentos passem a complementar essa falta de caminhões pesados e extrapesados”, comenta.

Os dados da Fenabrave comprovam a retomada aquecida: no primeiro trimestre, os emplacamentos totais de caminhões subiram 51,6% na comparação com mesmo período do ano passado, ao superar as 14,6 mil unidades. Assumpção Júnior faz questão de lembrar que a base de comparação é baixa – no ano passado, as vendas do segmento não passaram de 9,7 mil unidades.

E parte dos emplacamentos neste início de ano ainda reflete negócios realizados durante a Fenatran, em outubro passado. “A procura está maior que a oferta, porque os clientes ficaram sem comprar praticamente nos últimos dois anos e meio. A frota é antiga”, argumenta.

Com o mercado em ritmo acelerado, o setor de distribuição revisou sua previsão para o ano e agora espera vender 17% mais caminhões em 2018 na comparação com 2017, para algo em torno de 60,1 mil unidades. Em janeiro, sua previsão anterior apontava que o mercado ficaria nas 57 mil unidades este ano, o que representaria aumento de 9,5% sobre o volume de 2017, que foi de um pouco mais de 52 mil caminhões.

Para o setor de pesados, que inclui caminhões e ônibus, a entidade espera aumento de 13,9% na soma dos volumes, para pouco mais de 76,5 mil veículos. O número só não será maior, de acordo com os números, porque a previsão para o segmento de ônibus diminuiu: em janeiro, os concessionários esperavam um mercado total de 15,9 mil ônibus, alta de 5,4% sobre os 15,1 mil emplacados em 2017, e agora, a previsão é de que o volume fique em 15,5 mil, cujo avanço passa para 3,3%.

Fenabrave revisa para cima projeções de 2018 após 1º trimestre positivo

04/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Concessionárias agora esperam vender 15,1% a mais do que em 2017; previsão anterior apontava alta de 11,8% no ano

Ao apurar crescimento de 15,5% das vendas de veículos no primeiro trimestre, para pouco mais de 545,5 mil unidades, entre leves e pesados, a Fenabrave, entidade que reúne as concessionárias no Brasil, revisou para cima suas projeções para o ano. Se em janeiro o setor de distribuição esperava alcançar os 2,5 milhões de veículos vendidos este ano, em alta de 11,8% sobre os 2,23 milhões emplacados em 2017, agora prevê vender 15,1% a mais em 2018, vislumbrando volume de 2,57 milhões, considerando automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

Com isso, a entidade projeta alta em todos os segmentos: para os leves, o aumento deverá ser de 15,2%, para pouco mais de 2,5 milhões de unidades de automóveis e comerciais leves, enquanto que para pesados o avanço é previsto em 13,9%, para 76,5 mil caminhões e ônibus. Na projeção anterior, a Fenabrave apontava alta de 11,9% para leves e de 8,6% nos pesados

De acordo com o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior, o desempenho positivo do setor de distribuição em março e no acumulado do primeiro trimestre, aliado ao melhor cenário econômico, influenciou a entidade a rever as perspectivas para o ano. No segmento de leves, Alarico elenca alguns fatores que vêm contribuindo para elevar as vendas de automóveis e comerciais leves nestes primeiros meses de 2018, como o maior índice de confiança entre os consumidores e a pequena redução

da inadimplência, que fechou fevereiro em 3,73%, contra 3,78% verificados em janeiro (os dados de março ainda não foram divulgados pelo Banco Central).

A MB Associados, consultoria econômica que atende a entidade, reforça que o ambiente previsto para o ano é sustentável.

“Há um cenário econômico com ciclo positivo apontando para um crescimento bastante razoável, o que vai contribuir bem para o desempenho do setor”, destaca a consultora Tereza Maria Dias. “A inflação está sob controle e há uma expectativa de que a Selic baixe ainda mais para 6,25%. Mantivemos nossa previsão de um PIB 3,5% maior do que 2017. Sobre o resultado da eleição, acredito que vai ter influência mais no ano que vem do que este ano; não há grandes preocupações para 2018”, comenta.

Em sua análise, Assumpção Júnior admite que as vendas podem ser até maiores que os 15% previstos pela entidade para o ano, se for regulamentada a nova política industrial Rota 2030.

O executivo acredita que há possibilidade de haver alguma novidade a esse respeito após a saída de Henrique Meireles do Ministério da Fazenda para se candidatar nas próximas eleições. Previsto para o início de 2018, o Rota 2030 parou de andar desde que o MDIC e o Ministério da Fazenda entraram em colisão sobre a concessão de incentivos fiscais à indústria automotiva, que pelo programa anterior, o Inovar-Auto, recebeu cerca de R\$ 1,3 bilhão por ano em isenções tributárias em troca de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e engenharia no Brasil.

Para o presidente da Fenabrave, uma vez aprovado, o Rota 2030 impulsionaria a produção de veículos mais eficientes, e portanto, aumentaria as vendas, assim como foi com o Inovar-Auto, que trouxe uma leva de novos produtos a fim de que as montadoras pudessem atingir os novos níveis de eficiência energética exigidos pelo programa para garantir maiores descontos no IPI.

DESEMPENHO POR SEGMENTOS

O que se viu no primeiro trimestre também é a junção de alguns fatores: março consolidou a fama de um mês forte em vendas para todos os segmentos. O mês passado também teve três dias úteis a mais que fevereiro, foram 21 contra 18, favorecendo os negócios também no acumulado do trimestre. Segundo a Fenabrave, considerando todos os segmentos, a média diária cresceu 20% no comparativo anual do primeiro trimestre, passando de 6.523 unidades/dia em 63 dias úteis de 2017 para 7.839 unidades/dia em 61 dias úteis deste ano.

No segmento de leves, o setor registrou o emplacamento de 527,3 mil automóveis e comerciais leves nos três primeiros meses do ano, o que representou alta de 14,7% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

O segmento foi puxado pelos automóveis, que anotaram alta de 15,2% no acumulado, para 451,3 mil unidades. Neste ano, é previsto o aumento de 12,6% dos emplacamentos de automóveis, para pouco mais de 2,08 milhões de unidades. Já para os comerciais leves, a alta foi de 11,7% no trimestre, para pouco mais de 75,9 mil. Com este desempenho, a Fenabrave prevê encerrar o ano com 8,1% mais veículos vendidos desta categoria, para algo em torno de 341,8 mil unidades.

Para pesados o período também foi bastante positivo: os licenciamentos de caminhões subiram 51,6%, para 14,6 mil unidades. Vale lembrar que a base de comparação é baixa: no ano passado, as vendas não passaram das 9,7 mil unidades no primeiro trimestre. Este ano a Fenabrave sugere que deve faltar caminhão por causa da capacidade limitada da indústria em atender a demanda. No segmento ônibus, as vendas cresceram 40%, passando de 2,52 mil para 3,53 mil unidades. Com isso, a

entidade espera fechar 2018 com 8,6% mais caminhões e ônibus emplacados, com volumes beirando as 73 mil unidades.